

ENTREVISTA COM LÍDIA JORGE: “A LITERATURA TEM UM PODER LENTO, MAS É UM PODER SEGURO”*

http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v13i24p74-89**

Por Mauro Dunder¹

O poder das palavras, a relação entre literatura e questões sócio-históricas, a busca ontológica do autor. Em entrevista concedida em julho de 2012, a escritora aborda estas e outras questões relevantes, como a crise do romance na contemporaneidade, a relação entre o povo português, seu presente e os ecos da Revolução dos Cravos e o percurso percorrido por ela ao compor sua obra romanesca.

Com a espontaneidade e a doçura que lhe são características, Lídia Jorge conversou com o pesquisador durante mais de três horas, na Casa das Courelinhas, residência que guarda laços com a história da vinicultura do Algarve. Desse encontro, a *Desassossego* reproduz aos seus leitores alguns dos (muitos) trechos mais significativos.

* Transcrita entre os dias 01 e 21 de agosto de 2012, esta entrevista foi realizada em 25 de julho de 2012, na “Casa das Courelinhas”, residência da mãe de Lídia Jorge, em Boliqueime, na região do Algarve. A viagem a Portugal, para que esta entrevista se realizasse, foi custeada integralmente pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) da USP.

** Publicada originalmente na revista *Desassossego*, v. 4, n. 8, dez/2012:

<https://www.revistas.usp.br/desassossego/issue/view/4187>

DOI original: <https://doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v4i8p192-207>

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

MAURO DUNDER: 32 anos depois de sua publicação, de que maneira *O dia dos prodígios* ainda repercute em sua vida e em Portugal?

LÍDIA JORGE: Na minha vida, de uma forma muito funda, tão profunda que eu tenho a ideia de que foi um livro que abriu o ciclo da publicação para mim, e tenho a ideia de que, enquanto eu não escrever um livro que seja a resposta do tempo a *O dia dos prodígios*, isto não está completo. Porque *O dia dos prodígios* foi uma espécie de fascínio interior que eu tive, numa altura em que eu percebia que a literatura tinha campos tão vastos, e eu escolhi um campo que, a princípio, seria uma derrota à partida, porque tinha o aspeto tradicional, que não estava mais na moda, porque era sobre a questão da nacionalidade, que também não estava mais na moda, porque eu utilizava métodos que tinham sido utilizados, nomeadamente os linguísticos, que tinham sido utilizados pelos neorrealistas, e que eu iria outra vez incorporar – mas que também não estavam mais na moda, e, no entanto, com essa consciência de que era uma coisa que, digamos, era uma espécie de badalada sobre o passado, eu tive uma ideia de que era preciso escrever alguma coisa sobre um país que iria mudar, e cuja última visão era aquela, de um passado que tinha sido de uma coerência brutal, terrível, mas que essa coerência iria desaparecer. E eu escrevi esse livro, agora olho para trás e penso que foi o livro mais generoso que eu escrevi, porque escrevi com a ideia de que estava a fazer um livro para não esquecer, apenas para não esquecer.

Poderia, possivelmente, escrever outros, mas a minha ideia era a de um livro para não esquecer um povo, uma pátria, um modo de ser, para não esquecer uma cultura e uma civilização. E fazia isso pondo pazadas de terra sobre uma espécie de cadáver. Ora, o que aconteceu foi que, ao publicar o livro, os leitores me disseram que era um livro-síntese sobre a cultura portuguesa, com uma proposta de leitura para o futuro. Passaram esses anos todos, foi possível voltar com ele, a (atriz e diretora teatral) Cucha Carvalheiro pô-lo em teatro, foi uma peça, para mim, muito comovente e penso que foi muito comovente para muitas pessoas. A sensação que muita gente teve e expressou foi que voltava a ser uma leitura do país outra vez. E eu tive essa ideia de que todo o lado críptico e interno e passado do livro, que se tornou apenas poético, transformou-se nalguma coisa que explica porque somos hoje assim, porque não evoluímos o que quisemos, porque mantemos determinadas qualidades ainda e, sobretudo,

ambição de escrever um livro, digamos, onde eu volte a fazer a mesma interrogação. Não digo que tenha a resposta, mas consiga fazer a interrogação bem articulada com todas as teclas do meu piano.

MD: Muito se fala sobre a crise do gênero romance na contemporaneidade. Considera o romance um gênero extinto, ou em via de extinção?

LJ: Não. Sou sincera, não o considero em vias de extinção. Considero que continua a ser o gênero maior, mas que ele está num ambiente de grande adversidade, porque é feito para aquilo que nós podemos chamar de “o nosso cérebro lento” e tudo hoje está organizado de forma a nós exercitarmos, sobretudo, “o nosso cérebro rápido”. Além disso, o mundo de hoje continua a ser poético, mas em pequenas doses, como se só se conseguisse absorver a poética parcelada; por isso, a poesia, inclusive, parece até ser um gênero que pode vir a ter, nos próximos momentos, mais resposta e mais acolhimento do que propriamente o romance. E, portanto, até neste ponto de vista fragmentário, o romance tem essa adversidade, sua estrutura é pouco compaginada com a poética do momento, não é? A poética do momento, eu diria, é a poética da canção, da letra da canção, aquela que não se basta só a si, que precisa de ter atrás de si a música, outra música, a dança, toda a parafernália, e que, portanto, a poética da palavra é um ingrediente para o resto.

Inclusive, existe hoje, digamos, um grande desejo de ficar à meia haste com o romance histórico, que é, digamos, um gênero muito importante, mas é um gênero híbrido, que falseia o que é o romance, porque vive de uma outra realidade, enquanto o romance tem de se bastar por si próprio, não é? Tem de criar sua própria transfiguração, a sua própria poética. E ele tem de ser, mesmo quando vai à história, ou é muito contemporâneo, que corre a actualidade, mas tem de se bastar a si próprio, quer dizer, a poética que tem de ser mais forte do que aquilo que é, digamos, o seu contexto, não é?

MD: Há, ao longo da sua obra, algumas referências, alguns debates históricos bastante fortes. Especificamente sobre *A costa dos murmúrios*, parece-me que ali se ilumina um anacronismo do pensamento português em relação à manutenção das colônias, da maneira como aconteceu pouco antes e pouco depois do 25 de Abril. Isso se discute em Portugal hoje?

negro Balduino, não é? Quer dizer, essa história ficou para toda a vida, não penso todos os dias, mas foi uma história tão marcante, de quando era miúda, que a história me mantém, como uma história de ternura, de amor, que me tocou, e eu acho que a literatura é isso, literatura faz esse caminho lento, demorado, na alma das pessoas.

MD: Você me perdoe se essa pergunta já tiver sido feita a você infinitas vezes, mas...

LI: (Risos)... Mas a resposta nunca é igual, sabe, e não sei se não será contraditória...

MD: (Risos) Julga que a geração de escritores que surgiu depois do 25 de Abril tinha conscientemente o papel de retomar a identidade portuguesa e tentar debatê-la?

LJ: Não... Não, não tinha, não. Acho que cada um começou a gritar para o seu lado. Quer dizer, cada um começou a escrever para o seu lado. Aliás, lembro muito bem, alguns dos debates foram até feitos no Brasil sobre isso, cada um tinha a sua história, tinha a sua visão, aquilo que lhe ia na alma, e é a primeira vez que, digamos assim, cada escritor aparece com a sua personalidade, despegado de escolas, porque até aí, inclusive por circunstâncias, e não só em Portugal, um pouco por toda a parte, os escritores inscreviam-se em grupos, e depois, quando não se inscreviam, respondiam contrariamente a um grupo, mas havia sempre a referência, era como se houvesse o rebanho e as suas ovelhas ranhosas, mas organizavam-se dessa forma.

O que acontece, depois do 25 de Abril em Portugal, é uma explosão, de facto, de personalidades, umas mais fortes, outras mais fracas, mas são figuras que, muitas vezes, encontram parceiros em sítios longínquos, não propriamente em Portugal, quer dizer, cada um a procurar parceiros anímicos, do ponto de vista da escrita, mais do que propriamente parceiros de escolas. E a questão de debater a identidade, ninguém usou o que escreveu para debater a identidade, mas eu vinha com a questão de África, porque tinha vivido; vinha com a questão do 25 de Abril, porque aqui nesta terra eu fui testemunha de uma transformação que foi mágica, que foi extraordinária, que foi magnífica, que foi surreal. Tinha, digamos, uma

visão da mudança do estatuto das mulheres, pela minha própria história, quer dizer, o que eu queria contar era a minha história, sem a contar e, portanto, escolhi o romance para fazer isso, mas, no fundo, era pressionada pelo que eu tinha cá dentro e aquilo que me apareceu aqui, na altura, que era o Lobo Antunes, o José Saramago, o Cardoso Pires, o João Melo, ou a Teolinda Gersão, ou a Hélia Correia, ou o Almeida Faria, o Mário de Carvalho.

Quer dizer, o que nós pretendíamos, na altura, era cada um dar vazão a uma visão, só que agora, olhando para trás, nós pensávamos que não estávamos inscritos numa [escola], mas estávamos, não é? Estávamos inscritos numa geração, quer dizer, fazíamos parte duma geração; portanto, a transfiguração era pessoal, mas as nossas raízes eram dum tempo determinado. Então volta-se para trás e percebe-se que nós pertencemos a um período em que a questão do país – e a questão da mudança do país – acabou por ter uma importância muito grande, e vê-se isso, sobretudo, quando se percebe qual é o imaginário dos mais jovens hoje, não é, quando se percebe que seu imaginário vai noutra direção, não é, e então, percebe-se que nós estamos num tempo que corre, no nosso tempo, não é?

MD: No ensaio *A morte de Portugal*, Miguel Real faz duas afirmações importantes: a primeira, ao discutir a conjuntura político-econômica atual de Portugal, é que os governos recentes têm dado cabo do que a Revolução conquistou para grande parte da população portuguesa, que muitas vezes não tinha acesso ao mínimo básico de saúde, ou de educação, e que essas foram conquistas que vieram com os governos pós-25 de Abril. A segunda é a seguinte: ele diz que, para que Portugal se reencontre, mais uma vez, é preciso, de novo, matar Dom Sebastião. Portugal não matou Dom Sebastião ainda? Ou Portugal precisa mesmo matar Dom Sebastião?

LJ: Não concordo com a primeira, é muito simplista a primeira visão, mas a segunda, acho que sim, acho que não matou ainda Dom Sebastião. Ainda, Dom Sebastião foi transferido, no nosso caso, para as instâncias europeias, isto é, dissemos “Nós, sozinhos, não somos capazes”. E isso, fizemo-lo duma forma legal, legal “à portuguesa”, isto é, aceitando, como outros países, uma ajuda, obrigando-nos a cumprir prazos, obrigando-nos a uma espécie de “cadernos de encargos de seriedade”, e, sobretudo, de horários

e de agenda, de que nós, em geral, dilatamos muito tempo, e, portanto, não cumprimos, e a Europa obrigou-nos a uma espécie de seriedade nesse domínio.

Portanto, era uma espécie de Dom Sebastião, salvador, mas que nós víamos de uma forma legal, numa forma como um compromisso internacional, político. O que acontece é que a degradação das contas públicas levou-nos a que nós, agora, tivéssemos Dom Sebastião outra vez cá dentro, o que é uma grande dor, e isso eu acho que é talvez o que mais custa aos portugueses neste momento, conscientes da situação, é percebermos que somos um território ocupado, mentalmente ocupado, a ideia de minoridade mental que nos foi passada, a ideia de que Dom Sebastião, pois, veio sim, quer dizer, que só nos conseguimos libertar, salvar, porque ele está aqui com as botas de cortiça, compreende? E isso, portanto, é alguma coisa que nos custa muito. Agora, a minha ideia é esta: há uma mudança muito grande no mundo neste momento, tão grande, tão grande, tão grande que não sei até quando é que vamos pensar nestes termos, até quando é que as administrações, até quando estes parâmetros, que são os da minha fala, os de Miguel Real, ou talvez ainda as suas, eles vão servir de ligação; esta nossa linguagem, estas nossas categorias mentais, elas vão sobreviver a uma coisa que está sendo vasta, uma nova cultura a que nós estamos a assistir nascer sobre os nossos olhos, não é?

É incrível: as culturas locais, as culturas nacionais são alguma coisa que tem de caminhar ao lado de culturas econômicas globais, muito mais vastas. E nós estamos numa luta entre uma espécie de incapacidade de compagnar aquilo que queremos ser, como herdeiros de uma cultura, de uma língua própria, de um espaço próprio, daquilo que nós chamamos nações, e, por outro lado, interesses que a economia global obriga a desmembrar. Aqui, portanto, estamos a viver dois momentos, em simultâneo, e, não sei, sou franca, não sei como se vão ultrapassar. Sei é que têm de viver com aquilo que ele tem dentro, vendo que eu não quero perder aquilo que nos caracteriza, e quero que o que nos caracteriza, de forma positiva, como é o caso da convivialidade portuguesa, que é uma coisa muito positiva no mundo de hoje.

MD: Uma das passagens de O dia dos prodígios que mais me impressionaram quando li o livro pela primeira vez, e pela segunda, e pela terceira, é a cena em que os soldados de Lisboa falam o que foi a revolução, ou o que se

que eu escrevo sabendo que tenho este problema de ser, sobretudo, digamos, uma escritora envolvida com o social. Encanta-me. Eu começo por ser ontológica, mas quando dou por mim, o meu ontológico passa para o social. Mas a verdade é que meu único parâmetro de conduta é este: como é que eu escolho os temas, como é que eles me vêm parar, apenas isto, numa ambição de ser testemunha do tempo, compreende? Por isso que eu nunca escrevo nada histórico, eu escrevo, posso escrever sobre aquilo que se torna história, o que é bastante diferente, não é? Porque o que me interessa é isso, é ser testemunha de um tempo. Portanto, na verdade, minha ambição é ser o escritor que, para o seu país, ajudasse a criar, não digo eu, mas que ajudasse a criar, que pertencesse a uma geração de escritores que deixassem uma marca, no domínio da fantasia e da arte, dissesse “essa gente, na altura, viveu assim e sonhou que poderia ser assim”, compreende? Como o Kundera faz em relação ao seu país, em relação à República Tcheca, como, enfim, como a Margarite Youcenar o fez em relação à Europa, porque ela foi mais global, não é? Ou a Marguerite Duras fez em relação à França, a ideia, que é aquilo de que eu gosto nos outros escritores, quer dizer, os escritores que me interessam são aqueles que são profundas testemunhas do seu tempo, que não fugiram do seu tempo, compreende?

MD: Em *O dia dos prodígios* e *O cais das merendas*, apresentam-se duas situações em que o individual se funde ao coletivo de uma maneira quase inseparável, ainda que sejam os indivíduos muito bem caracterizados, com seus dramas, dores e alegrias, a vida do conjunto parece sobrepor-se à vida do indivíduo; por outro lado, *Notícia da cidade silvestre*, por exemplo, apresenta Júlia Grei mais envolvida com seus dramas do que consciente da vida de grupo, da mesma maneira que acontece em *O jardim sem limites*, em que pessoas envolvidas em projetos das mais variadas ordens participam de um grupo, de uma geração de pessoas que vivem ali as contingências políticas, econômicas, sociais, mas floresce o individual a partir desse momento, o que é ainda mais evidente em *O vale da paixão*. A certa altura dessa conversa, você falava sobre o fato de “sim, a motivação é ontológica, e, quando eu vou ver, esse ontológico, vai esbarrar no social, não é?” Ou “sim, a minha necessidade quando eu pensei, lá no começo, em *O dia dos prodígios*, era falar do que eu trazia e sentia e via no mundo ao meu redor”. Pode-se pensar nessa questão assim?

MD: De um lado, Branca Volante, as Carminhas [personagens de *O dia dos prodígios*], a Miss Laura, a Santanita Trigal, a Rosária, a Valentina Palas [personagens de *O cais das merendas*], a Júlia Grei [de *Notícia da cidade silvestre*], a Evita [de *A costa dos murmúrios*], a Maria Ema [personagem de *O vale da paixão*] e a Susana [de *O jardim sem limites*]. Do outro, eu tenho a Jesuína Palha [de *O dia dos prodígios*], a Pinaira, a Zulmira Santos [personagens de *O cais das merendas*], a Anabela Cravo [de *Notícia da cidade silvestre*], a Eva Lopo, a Helena [ambas de *A costa dos murmúrios*], a narradora de *O vale da paixão*, cujo nome não está, e a Paulina, de *O jardim sem limites*. Pelo menos em um dos lados desta tabela, aparecem mulheres cuja palavra é poderosa demais. Por exemplo, toda a movimentação de Vilamaninhos, em grande parte, gira em torno do que diz Jesuína Palha. Ela é a voz coletiva mais forte, ali. Da mesma maneira, há momentos de tensão em *O cais das merendas* em que é Pinaira quem está lá suscitando a briga, a discussão, o desconforto; é Eva Lopo quem retoma uma narrativa muito diferente daquela que Evita apresenta na primeira parte de *A costa dos murmúrios*; a vida de Júlia Grei é orientada por Anabela Cravo por meio de tudo o que ela diz, e aí, eu escrevi quatro palavras aqui, que sintetizam, para mim, essa relação: mulheres, palavras, bálsamo e veneno.


LJ: Risos...

MD: Essa relação entre mulheres e palavras na sua obra me fascina. Mais do que simplesmente a questão da mulher, mulheres e palavras...

LJ: Aquela que diz. Aquela que vê e que diz, não é? A que profere o discurso. A que desencadeia. Isso me faz lembrar o seguinte: [aqui, a voz de Lídia Jorge assume um tom grave, quase solene] nesse momento, não sei se sabe que Agustina Bessa-Luís está muito doente em casa, e eu tenho muita saudade dela, porque ela era uma figura com a qual eu contrastava imenso, imenso, tínhamos poucos pontos de contacto, mas estar com ela, para mim, era um fascínio, eu adorava estar com ela. E para ela era também, porque ela tinha a ilusão, penso que é uma ilusão, de que eu era uma pessoa muito doce, muito conduzível, e que ela me conduzia. E ela gostava imenso desse papel. Não era verdade, quer dizer, eu deixava-me conduzir no que eu queria, não é? Pois então, ela uma vez disse uma coisa

nem com coisa nenhuma destas, mas grande parte da cultura, quer dizer, da literatura erótica brasileira, eu leio-a como crística, digamos, há toda uma série de sofrimentos e de superação, de dor e de tudo isso, e de repúdio, quer dizer, de todos os sentimentos em torno da questão sexual, que é espantoso. Um jornalista, há dois anos, publicou uns contos sobre, que foram premiados no Brasil, todos sobre sexo, e é duma dureza enorme, brutal, brutal. E é tudo crístico, sabe? Nunca se fala lá, mas é, digamos, a vitimização, a descida a uma espécie de inferno sexual, que tem a ver com isso, não é? Que tem a ver com isto que nós estamos a dizer, a questão da vitimização está muito presente na nossa cultura, ao contrário dos romances... Muito bem, tenho eu perguntas para lhe fazer...

MD: Por favor... Desligo o gravador então, agora, muito obrigado, não tenho nem o que lhe dizer mais, para agradecer todas essas coisas que você me disse.


Licença: 

Concepção e realização da entrevista:

Mauro Dunder

Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre e doutor egresso do Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da Universidade de São Paulo.

Contato: mauro.dunder@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2855-4764>